

para

a paz e os jovens

Lúcio Alcântara



Direitos exclusivos para esta edição:

Gabinete parlamentar do Senador Lúcio Alcântara

Edição:

Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP

Edição do Gabinete do **Senador Lúcio Alcântara**

Ala Senador Teotônio Vilela – Gab. 7 – Anexo II – Senado Federal

70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (0xx61) 311-2301/2302

Fax: (0xx61) 323-5372

e-mail: lucioalc@senado.gov.br

Ligação gratuita **A Voz do Cidadão** – 0800-012211

Comitê Executivo

Afonso Celso Machado Neto

Doris Marize Romariz Peixoto

Lúcio Alcântara

Maria Auxiliadora Lemos Benevides

Projeto Editorial

Ricardo Alcântara

Programação Visual

Roberto Barros

Ficha Catalográfica

Alcântara, Lúcio

A Paz e os Jovens / Lúcio Alcântara – Brasília:
Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e
Publicações, 2002.

P.

1. Paz. 2. Não-violência. I. Título.

CDD 303.66

a paz e os jovens

- Texto apresentado no Painel II -

O jovem na luta pela paz.

JOVEM 2001. I FEIRA DA JUVENTUDE.

13 de agosto de 2001.

Fortaleza (CE)

- Discurso proferido no Plenário do Senado Federal

Brasília (DF), 17 de agosto de 2001

É com muita alegria que vejo hoje aqui tantos jovens reunidos com o interesse em refletir conjuntamente sobre o tema da paz. Sem dúvida, se são os jovens, juntamente com as crianças, as maiores vítimas da violência, também são eles importantes protagonistas na construção de uma cultura da paz e de uma sociedade menos desigual, inclusive por serem hoje, num país como o Brasil, mais de 30

milhões de indivíduos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De modo geral, a juventude é generosa, confiante e aberta ao novo e à mudança, pois sua coragem e vontade ainda são maiores que suas conveniências. Na atualidade, grande parte dos valores e atitudes antiviolência nasceram dos jovens dos anos 60 que, através do movimento **hippie**, souberam fortalecer o *slogan* Paz e Amor.

A paz hoje, por mais paradoxal que isto pareça numa sociedade com altos índices de violência como é a sociedade contemporânea, é um tema que, crescentemente, vem se impondo à consciência de cada um de nós todos os dias. Cada vez mais, as pessoas percebem, em todos os pontos do Planeta, que o modelo de vida baseado no individualismo, no sucesso e na posse de bens, não nos trouxe nada mais que uma felicidade aparente, cuja

generosa, confiante e aberta

fragilidade se expressa no espantoso crescimento da depressão que, como uma epidemia, alcança pessoas de todas as idades no mundo inteiro.

Assim, verificamos que, ao mesmo tempo que nos chegam notícias sobre atos de violência, a nos chocarem diariamente, também tomamos conhecimento de maior consciência da ação de luta pela paz, tanto individualmente, o que pode ser demonstrado no sucesso de publicações sobre o assunto, como os do respeitável líder espiritual Dalai Lama, como em grupos, movimentos e instituições. Sob

esse aspecto, *A Paz na Escola* é bom exemplo de campanha de massa.

Internacionalmente, constatamos, principalmente a partir do final dos anos 80, movimentos pela contenção da corrida armamentista e o surgimento de campanhas pacifistas de âmbito mundial, muitas vezes associadas ao fortalecimento da consciência ecológica e da obrigação ética de zelar pelo Planeta, pela vida. Conscientes de que a sociedade contemporânea desenvolveu um espírito bélico permanente, as campanhas procuram hoje desarmar as nações, e também os espíritos, por meio da sedimentação de comportamentos, valores e modos de vida relativos à solidariedade, tolerância e convivência, ou seja, aquilo que é chamado *cultura da paz*.

Entretanto, não é apenas nas relações internacionais que se manifesta a tendência violenta, agressiva e bélica da civilização contemporânea, pois cada Estado, por seu lado, desenvolve também formas arbitrárias de resguardar a paz interna em seus territórios. Notadamente nos países mais pobres, mais vulneráveis e instáveis politicamente, a violência se transforma em recurso cotidianamente utilizado, desencadeando uma postura agressiva contra a população em geral, inclusive por parte da própria Polícia, que em tese deveria protegê-la, cuja postura associa ameaça, criminalidade e preconceito de todos os tipos, seja racial, sexual ou de gerações.

zelar pelo Planeta, pela vida

É preciso refletir, entretanto, se as formas de violência praticadas oficialmente por organizações não são também uma extensão da violência que se desenvolve nas próprias relações interpessoais, na família, na vizinhança, nos grupos de amigos, no esporte e nas brigas entre torcidas etc.

Antigas formas de solidariedade perdem sua força, enquanto as mais antigas instituições, como a família e a Igreja, sofrem duros golpes em sua credibilidade e legitimidade. Valores como o trabalho, que guiavam a vida dos homens em sociedade e constituíam sua identidade, são ameaçados numa sociedade cujos governantes parecem encarar o desemprego como realidade irrecorrível.

a luta pela paz

A violência passou cada vez mais a ser um recurso na resolução de conflitos privados, e quase nunca o último. Esse comportamento é incentivado pelo individualismo da sociedade contemporânea, que analisa cada questão como resultante de necessidades e anseios absolutamente pessoais e únicos, deixando o outro – o parente, o colega, o vizinho – de fora dos cálculos pessoais da carreira, do sucesso, do enriquecimento a qualquer custo. A bandeira da realização individual reduzida ao desenvolvimento de uma personalidade competitiva e ambiciosa é, sem dúvida, elemento fundamental na indução à violência. Concorrência desenfreada, rivalidades e a idéia de legitimidade das leis de mercado, mesmo quando prejudicam as grandes

maiorias, permeiam a comunicação de massa, as campanhas publicitárias, as avaliações econômicas. Táticas de defesa pessoal e jogos de guerra são simulados em treinamentos nas grandes empresas, estimulando os funcionários a desenvolverem maior agressividade.

Como vemos, são múltiplas as dimensões em que deve se espalhar a luta pela paz: de um bairro modesto ao mais importante dos países, do governante público ao pai de família, das grandes organizações, como a própria Organização das Nações Unidas – ONU, à associação voluntária mais simples, das grandes campanhas ao coração de cada homem, da formação dos homens responsáveis pela segurança à formação das crianças nas escolas, da decisão individual de não entrar numa briga à política pública que promova a

solidariedade moral da humanidade

igualdade e a inclusão social, e assim por diante.

Este é o sentido do pronunciamento de Jaime Bodet, em reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1995: *o mundo espera algo mais do que uma delimitação de fronteiras e de áreas de influência, algo mais do que acordos para exploração e troca de produtos (...). Ele aspira a uma nova ordem de relações entre as nações e os homens. Por isso, é urgente fixar um denominador comum para seu desenvolvimento; e esse denominador comum só poderá ser fornecido pela solidariedade*

moral da humanidade, pela ação do conhecimento e em virtude da educação.

Efetivamente, é preciso construir as condições para a paz. E essa é, também, uma construção política, ou seja, que envolve decisões coletivas, projeto comum, estabelecimento de prioridades e recursos, poder de realização. Por maior que seja a tomada de consciência e esforço pessoal e grupal, a paz exige intervenções de maior escala. Afinal, como conciliar a paz com a extensa miséria de tantos irmãos nossos? Como escapar às tentações da agressividade quando se está cotidianamente humilhado pela situação de desemprego? Como esperar fazer da juventude uma aliada decisiva no

decisões coletivas, projeto comum

apaziguamento das relações humanas, quando ela não possui condições para vivenciar e amadurecer as emoções da convivência, do gerenciamento dos conflitos, do trabalho em equipe? Como esperar que ela constitua no futuro uma liderança que valorize a lei e o respeito coletivo, se observa a todo momento a impunidade e até a premiação de criminosos?

Nossos jovens necessitam urgentemente de políticas públicas que os levem efetivamente em conta, vendo-os como os donos do futuro, aqueles que, daqui a alguns anos ou décadas, serão os responsáveis pelo andamento dos negócios públicos. É essencial encarar o jovem como co-responsável na definição dessas políticas, como sujeito capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo Governo ou pela sociedade civil. O primeiro passo, nesse processo, é

mobilizar o adolescente para, em seguida, oferecer-lhe as condições para uma atuação construtiva.

E hoje o que eles precisam – e que nós, adultos, temos a obrigação de oferecer – é, fundamentalmente, educação, vista de forma ampla, científica e humanística: educação escolar e geral, educação política para a cidadania, educação profissionalizante, educação estética e artística, educação física, educação em saúde. O próprio lazer, fundamental na vida do jovem, deve ser visto como estratégia pedagógica: jogos, música, dança, teatro, enfim, diversão que possibilita a convivência, o respeito às regras, a atividade em grupo, a expressão de anseios e talentos, o exercício da liderança e a disciplina da vontade.

O educador Antonio Carlos Gomes da Costa, especializado em pedagogia terapêutica, destaca três tipos centrais de ações a ser implementadas para que o adolescente e o jovem – numa faixa que vai aproximadamente dos 15 aos 24 anos –, sejam plenamente atendidos em suas necessidades: as que envolvem os pais, as que envolvem as escolas e, finalmente, as políticas públicas e programas voltados para a ocupação construtiva do tempo livre dos jovens, nas quais eles possam atuar como protagonistas em ações que lhes apóiem no desenvolvimento de uma identidade e de um projeto de vida. Nesse protagonismo, talvez seja hora de os jovens retomarem com firmeza a tradição dos Grêmios nas escolas públicas, como

o exercício da liderança e a disciplina da vontade

atores estratégicos na gestão da escola, partindo do Conselho Escolar.

Nesse sentido, talvez seja importante discutir a criação de secretarias ou subsecretarias de assuntos da Juventude nos municípios, estados e mesmo nas políticas federais. Mesmo sem grande estrutura administrativa, elas podem representar papel importante na articulação e integração dos diversos setores de governo como educação, cultura, trabalho, e também como canal de comunicação entre

ocupação construtiva do tempo livre

os responsáveis pela política e os jovens destinatários dessas políticas.

Enfim, são muitos os espaços a ser ocupados pelos jovens na luta pela paz – e nem temos tempo aqui e agora de fazer referência a todos –, mas o fortalecimento do chamado *protagonismo juvenil* é, sem dúvida, elemento primordial. É preciso que os jovens se vejam cada vez mais como sujeitos políticos aptos a influenciar decisões políticas a seu favor e, para isso, as associações juvenis devem ser estimuladas. Daí a esperança que nos traz a todos, vemos a magnitude de um encontro desta natureza, e por isso me sinto honrado com o convite para participar e privilegiado por ter podido assistir a tão representativa homenagem à paz.

Lúcio Alcântara. Senador da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira, foi eleito para a Legislatura 1995/2003 e integra as seguintes Comissões:

SENADO FEDERAL

Titular

Comissão de Assuntos Econômicos – Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Subcomissão Permanente do Cinema Brasileiro
Subcomissão Permanente de Rádio e TV
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Suplente

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Comissões de Educação

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



Lúcio Gonçalo de Alcântara
Nascido a 16 de maio de 1943, em Fortaleza (CE)
Formado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1966)
Titular da Academia Cearense de Letras, Cadeira n.º 26 (1978)
Prefeito de Fortaleza (1979-1982)
Deputado Federal (1983-1987)
Deputado Federal Constituinte (1987-1991)
Vice-Governador do Estado do Ceará (1991-1994)
Senador da República (1995-2003)
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal (1997-2001)
Presidente do Instituto Teotônio Vilela (1996-2001)
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (2001-2003)



“É essencial encarar o jovem como sujeito capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo Governo ou pela sociedade civil. O primeiro passo, nesse processo, é mobilizar o adolescente para, em seguida, oferecer-lhe as condições para uma atuação construtiva.”